

# INTERVENÇÃO NO INTERNATIONAL CLUB OF PORTUGAL

Hotel Sheraton, Lisboa em 22/11/2023

## ***“Portugal e os desafios do presente: o papel dos economistas”***

**António Mendonça**  
***Bastonário da Ordem dos Economistas***  
***Professor Catedrático***

Agradecimentos

Saudações

### **1. Considerações iniciais: o significado dos desafios do presente**

Caras e Caros amigos,

Quando aceitei o simpático e honroso convite do Dr. Manuel Ramalho para fazer uma segunda intervenção no *International Club of Portugal*, estava muito longe de pensar que o País iria ser atingido por um cataclismo com as dimensões da crise política atual.

Como se não bastasse já a sucessão de acontecimentos ocorridos nos últimos anos, com a crise da Covid, o retorno das pressões inflacionistas, as consequências da guerra da Ucrânia e, agora, do Médio Oriente, a desaceleração económica global e tudo o mais que está ainda para vir, eis que vemos abater-se uma crise política interna, de consequências ainda em movimento, mas já de uma enorme gravidade que ameaça complicar ainda mais a situação, já de si preocupante, e comprometer o relativo sucesso que o País estava a conseguir no plano da recuperação económica e da sua credibilidade externa, particularmente no que respeita às relações com as instituições europeias.

O tema que então me propus abordar nesta intervenção foi “Portugal e os desafios do presente: o papel dos Economistas”.

Se fosse hoje, depois de ter assistido a tudo o que se passou, entretanto, com laivos de ópera bufa, não fossem as consequências dramáticas que impendem sobre o País, mudaria ligeiramente o foco e teria proposto, como tema “Portugal e os desafios do presente: o papel dos Economistas na produção de bom senso”.

Mas o essencial, mantem-se. A crise política só veio reforçar a generalidade das preocupações que eu vou procurar partilhar convosco, sobre o estado atual da economia portuguesa e sobre aquilo que eu penso ser importante introduzir, desde já, para infletir uma trajetória que, no longo prazo poderá comprometer a qualidade e a sustentabilidade do crescimento e a própria afirmação do País, no contexto das transformações estruturais que se estão a operar a nível mais profundo, no quadro da geopolítica e da geoeconomia globais.

Com o tema Portugal e os desafios do presente, pretendia centrar as minhas reflexões nas respostas que o País tem de dar aos desafios que estão a ser colocados e que exigem respostas imediatas.

Claro que o futuro é importante!

Mas pensar em termos do futuro é decidir e pôr em execução hoje, face aquilo que é o conhecimento e a experiência do passado, face aos constrangimentos do presente e tendo em conta, obviamente, aquilo que se projeta para o futuro.

É importante ter consciência de que o tempo não é uma variável discreta, que vai assumindo sucessivos valores independentes e identificáveis, mas uma variável contínua que assume uma infinidade de valores entre dois momentos quaisquer. E o presente, como dizia o saudoso Professor de matemática do ISEG, José Ribeiro de Albuquerque - a Escola em que me formei e em que tenho a honra de ser Professor – é apenas a interseção entre o passado e o futuro.

Nós estamos permanentemente a construir o futuro, só que isso não significa que estejamos necessariamente a construir os bons alicerces do futuro. Muitas vezes, por ação ou omissão, estamos a fazer exatamente o contrário, a minar os alicerces que foram sendo construídos ao longo de muitos anos e gerações, contribuindo para o seu colapso, face às enormes pressões que os novos desafios e a acumulação de problemas não resolvidos colocam.

E penso que a crise política e institucional que se abateu de rompante sobre a sociedade portuguesa é uma expressão dramática desta destruição de alicerces que, paulatinamente, tem vindo a ser feita, umas vezes de forma consciente e deliberada, outras de forma inconsciente e ingénua, enquanto expressão da degradação contínua que se tem vindo a verificar do funcionamento das instituições que deviam garantir uma boa *governance* do País e a credibilização sustentada da sua imagem interna e externa.

No fundo, tudo aponta, para que a atual crise política seja a expressão de uma crise sistémica mais vasta, que se tem vindo a desenvolver ao longo das últimas décadas e que atinge o funcionamento das instituições e o relacionamento entre elas.

Queria chamar a atenção, nesta perspetiva, para a gravidade do que se passou com a administração pública, nas últimas décadas, com a destruição sistemática do seu papel de referência na gestão da coisa pública, processo que se agravou, inclusive, nos últimos anos, com a erosão do seu prestígio social, com o recurso sistemático ao outsourcing, com a estagnação de carreiras e de promoções internas, com a substituição de carreiras estáveis e previsíveis pela generalização da precariedade e da informalidade, com a substituição da

experiência pela confiança política, com a perda de atratividade para os jovens quadros qualificados.

Com esta avaliação não estamos a dizer que o País não tenha progredido e que hoje não esteja potencialmente mais capaz e mais apto para enfrentar os desafios com que se confronta. Mas, antes, que aumentou o hiato entre aquilo que se realiza efetivamente e aquilo que se podia e devia realizar. Fundamentalmente, por perda de sentido estratégico, incapacidade sistémica de decisão atempada, défice de organização administrativa e, sobretudo, de planeamento estratégico.

É neste momento que quero introduzir a importância do bom senso. Dos agentes políticos, em primeiro lugar, mas de todos os agentes económicos e sociais, em geral.

Nas situações complexas, como aquela que estamos a atravessar, e em que a responsabilidade dos decisores aumenta exponencialmente, a necessidade de associar o bom senso à racionalidade própria do processo de decisão é um requisito fundamental.

Os efeitos internos e externos da crise política atual, já o tivemos oportunidade de dizer, são enormes e podem tornar-se dramáticos se, rapidamente não for estabelecido um consenso sobre a forma como atuar para, como se diz na Marinha, limitar as avarias e conduzir o País a bom porto, onde deve ser convenientemente reparado para poder retomar o seu percurso.

Penso que é necessário parar para pensar.

Pensar como foi possível chegar até aqui.

Pensar, sobretudo, como se poderão gerar consensos sobre a estabilidade institucional e política que o País necessita para enfrentar os desafios que tem pela frente e que agora correm o risco de se tornarem mais complexos. Sobretudo se, em lugar de se produzir uma clarificação e estabilidade da vida política do País, na sequência das eleições de 11 de março, se abrir para um período de instabilidade acrescida, de ciclos políticos curtos, de mudanças sucessivas de orientações, de ausência de estabilidade estratégica, de continuação de adiamento de decisões.

Atrevo-me a dizer que o País precisa de um verdadeiro Pacto de Regime, que assegure estabilidade política, institucional e de relacionamento. E que permita passar a um novo patamar de maturidade da definição política do Estado potenciando a endogeneização da qualidade dos recursos humanos e materiais que, entretanto, adquirimos.

## **2. Evolução recente da economia europeia e portuguesa**

Caras e caros amigos,

Queria, agora, focar-me um pouco mais nas questões económicas, sobretudo na atual conjuntura, nacional e internacional que estamos a atravessar. Como disse antes, também é uma questão que nos deve preocupar e que a atual crise não deixa de impactar e de ser impactada negativamente.

As últimas projeções conhecidas e publicadas pela Comissão Europeia (Projeções de Outono, Novembro de 2023), apontam para uma forte desaceleração económica, quer a nível da União Europeia quer no núcleo mais reduzido da Zona Euro.

**Fig. 1**  
**UNIÃO EUROPEIA E ZONA EURO: INDICADORES MACROECONÓMICOS**

<b>Key figures</b>			
			
GDP	Inflation	Deficit	Unemployment
<i>EU:</i>	<i>EU:</i>	<i>EU:</i>	<i>EU:</i>
2023: <b>0.6%</b>	2023: <b>6.5%</b>	2023: <b>-3.2%</b>	2023: <b>6.0%</b>
2024: <b>1.3%</b>	2024: <b>3.5%</b>	2024: <b>-2.8%</b>	2024: <b>6.0%</b>
2025: <b>1.7%</b>	2025: <b>2.4%</b>	2025: <b>-2.7%</b>	2025: <b>5.9%</b>
<i>Euro area:</i>	<i>Euro area:</i>	<i>Euro area:</i>	<i>Euro area:</i>
2023: <b>0.6%</b>	2023: <b>5.6%</b>	2023: <b>-3.2%</b>	2023: <b>6.5%</b>
2024: <b>1.2%</b>	2024: <b>3.2%</b>	2024: <b>-2.8%</b>	2024: <b>6.5%</b>
2025: <b>1.6%</b>	2025: <b>2.2%</b>	2025: <b>-2.7%</b>	2025: <b>6.3%</b>

Como se pode ver no quadro acima, as perspetivas de crescimento para o corrente ano, quer para a União Europeia, quer para a Zona Euro, estão pouco acima da recessão com uma taxa de crescimento de 0,6%. A Alemanha, o motor económico da Europa, apresenta uma projeção negativa de crescimento de -0,6%. Ou seja, está em recessão.

**Fig. 2**  
**ALEMANHA: INDICADORES MACROECONÓMICOS**

Indicators	2023	2024	2025
GDP growth (% , yoy)	-0,3	0,8	1,2
Inflation (% , yoy)	6,2	3,1	2,2
Unemployment (%)	3,1	3,2	3,2
General government balance (% of GDP)	-2,2	-1,6	-1,3
Gross public debt (% of GDP)	64,8	63,6	62,7
Current account balance (% of GDP)	6,0	6,5	6,5

As perspetivas de crescimento para 2024 e 2025 são medíocres, quer no caso da União Europeia e da Zona Euro, quer na Alemanha, não sendo líquido que não haja uma revisão em baixa, se os impactos das duas guerras e a deterioração das relações internacionais continuar a desenvolver-se como até aqui.

A inflação mostra tendência a desacelerar, mas isso, em lugar de poder ser considerado o resultado de uma evolução positiva da dinâmica económica pode ser antes o sinal de que as políticas contracionistas, traduzidas nas subidas das taxas de juro, estão a produzir efeitos e a empurrar a economia para uma recessão.

O desemprego, parece não estar a sofrer grandes impactos, no imediato, o que longe de significar boa saúde económica, pode traduzir a situação de precariedade e de regressão das condições laborais. É uma questão que tem de ser acompanhada na sua evolução, nos tempos mais próximos.

Apesar de todas as contrariedades sobrevindas nos últimos anos, e já aqui mencionadas, é indiscutível que Portugal teve uma boa performance económica, quando comparada com as médias da União Europeia e da zona Euro, em particular (Krugman, na sua recente entrevista ao Jornal de Negócios, chama-lhe “uma espécie de milagre económico”).

**Fig. 3**  
**PORTUGAL: INDICADORES MACROECONÓMICOS**

Indicators	2023	2024	2025
GDP growth (% , yoy)	2,2	1,3	1,8
Inflation (% , yoy)	5,5	3,2	2,4
Unemployment (%)	6,5	6,5	6,4
General government balance (% of GDP)	0,8	0,1	0,0
Gross public debt (% of GDP)	103,4	100,3	97,2
Current account balance (% of GDP)	1,6	1,1	0,8

Em qualquer caso, os últimos sinais sobre a evolução da economia portuguesa, publicados pelo INE em final de outubro, não parecem alimentar muito esta tese, com a evolução homóloga a continuar a regredir no 3º Trimestre para 1,9% e a evolução em cadeia a regredir -0,2%. Esta perda de dinamismo da economia portuguesa repercute-se visivelmente a nível da inflação, com a variação homóloga do IPC a desacelerar para 2,13% em outubro. (Contas Nacionais Trimestrais - Estimativa Rápida a 30 dias, 3º Trimestre).

**Fig. 4**  
**PORTUGAL: PIB em volume**

Tabela 1. Produto Interno Bruto em volume (ano de referência=2016)

	Taxa de Variação Homóloga (%)									
	3ºT 21	4ºT 21	1ºT 22	2ºT 22	3ºT 22	4ºT 22	1ºT 23	2ºT 23	3ºT 23	
ER 3ºT 2023 (30 dias)	5,3	6,9	12,1	7,4	4,8	3,4	2,5	2,6	1,9	
CNT 2ºT 2023 (85 dias)	5,3	6,9	12,1	7,4	4,8	3,4	2,5	2,5		
CNT 2ºT 2023 (60 dias)	5,0	6,6	11,9	7,4	4,8	3,2	2,5	2,3		

	Taxa de Variação em Cadeia (%)									
	3ºT 21	4ºT 21	1ºT 22	2ºT 22	3ºT 22	4ºT 22	1ºT 23	2ºT 23	3ºT 23	
ER 3ºT 2023 (30 dias)	3,0	1,9	2,3	0,1	0,5	0,5	1,5	0,1	-0,2	
CNT 2ºT 2023 (85 dias)	3,0	1,9	2,3	0,1	0,5	0,5	1,5	0,0		
CNT 2ºT 2023 (60 dias)	2,8	1,9	2,3	0,2	0,3	0,3	1,6	0,0		

ER - Estimativa Rápida; CNT - Contas Nacionais Trimestrais

Aguardemos para ver como a economia portuguesa se vai comportar no último trimestre, embora ainda não se esperem significativos impactos da atual crise política.

As projeções da Comissão Europeia, para 2024, refletem o quadro geral apresentando-se ligeiramente mais pessimistas do que o que é projetado no Orçamento.

Curiosamente, a economia americana parece ter conseguido um dinamismo superior, melhorando as perspetivas de crescimento do PIB em 2023, para mais do dobro, de junho para setembro (de 1,0% para 2,1%, em mediana), um desemprego significativamente mais baixo do que na Europa, uma inflação projetando-se para a referência dos 2%, nos próximos dois anos e um desemprego que, apesar de tudo, mostra alguma tendência para aumentar.

**Fig. 5**

Table 1. Economic projections of Federal Reserve Board members and Federal Reserve Bank presidents, under their individual assumptions of projected appropriate monetary policy, September 2023

Percent

Variable	Median <sup>1</sup>					Central Tendency <sup>2</sup>					Range <sup>3</sup>				
	2023	2024	2025	2026	Longer run	2023	2024	2025	2026	Longer run	2023	2024	2025	2026	Longer run
Change in real GDP	2.1	1.5	1.8	1.8	1.8	1.9-2.2	1.2-1.8	1.6-2.0	1.7-2.0	1.7-2.0	1.8-2.6	0.4-2.5	1.4-2.5	1.6-2.5	1.6-2.5
June projection	1.0	1.1	1.8		1.8	0.7-1.2	0.9-1.5	1.6-2.0		1.7-2.0	0.5-2.0	0.5-2.2	1.5-2.2		1.6-2.5
Unemployment rate	3.8	4.1	4.1	4.0	4.0	3.7-3.9	3.9-4.4	3.9-4.3	3.8-4.3	3.8-4.3	3.7-4.0	3.7-4.5	3.7-4.7	3.7-4.5	3.5-4.3
June projection	4.1	4.5	4.5		4.0	4.0-4.3	4.3-4.6	4.3-4.6		3.8-4.3	3.9-4.5	4.0-5.0	3.8-4.9		3.5-4.4
PCE inflation	3.3	2.5	2.2	2.0	2.0	3.2-3.4	2.3-2.7	2.0-2.3	2.0-2.2	2.0	3.1-3.8	2.1-3.5	2.0-2.9	2.0-2.7	2.0
June projection	3.2	2.5	2.1		2.0	3.0-3.5	2.3-2.8	2.0-2.4		2.0	2.9-4.1	2.1-3.5	2.0-3.0		2.0
Core PCE inflation <sup>4</sup>	3.7	2.6	2.3	2.0		3.6-3.9	2.5-2.8	2.0-2.4	2.0-2.3		3.5-4.2	2.3-3.6	2.0-3.0	2.0-2.9	
June projection	3.9	2.6	2.2			3.7-4.2	2.5-3.1	2.0-2.4			3.6-4.5	2.2-3.6	2.0-3.0		
Memo: Projected appropriate policy path															
Federal funds rate	5.6	5.1	3.9	2.9	2.5	5.4-5.6	4.6-5.4	3.4-4.9	2.5-4.1	2.5-3.3	5.4-5.6	4.4-6.1	2.6-5.6	2.4-4.9	2.4-3.8
June projection	5.6	4.6	3.4		2.5	5.4-5.6	4.4-5.1	2.9-4.1		2.5-2.8	5.1-6.1	3.6-5.9	2.4-5.6		2.4-3.6

Para 2024 e anos seguintes, a perspetiva é de desaceleração económica, com uma perspetiva de crescimento no longo prazo nos 1,8%.

Na próxima reunião da *Federal Reserve* — o Banco Central americano —, em dezembro, serão publicadas novas projeções da economia americana. Vamos ver o que se passará com as taxas de juro. Isso influenciará, decisivamente a reunião do BCE que terá lugar na mesma altura.

Vamos ver como os dois bancos centrais se irão posicionar face aos riscos da ameaça de uma recessão global misturada com inflação, como já aconteceu num passado não tão distante assim — a chamada estagflação.

Mas voltando à Europa e à política monetária do BCE, observando a evolução recente da economia e as perspetivas para 2024, não parecem existir muitos argumentos para justificar a brutal e rápida subida das taxas de juro que começará, agora, a produzir efeitos, com a ameaça coletiva de entrada em recessão.

Aguardemos, por dezembro para ver como tudo irá evoluir.

### **3. Os desafios imediatos da economia portuguesa**

Caras e amigas e amigos,

Como tivemos oportunidade de afirmar no recente Congresso dos Economistas, apesar de todas as contrariedades dos últimos anos, é inegável que a economia portuguesa teve uma boa performance, quando comparada com as médias da União Europeia e da zona Euro, em particular. Mas isso não nos poderá servir de grande consolo, quando introduzimos comparações de natureza mais estrutural ou com o que ainda necessitamos de recuperar para atingir os níveis dos países mais desenvolvidos que nos devem servir de referência.

Não se pretende negar as importantes transformações ocorridas, em diversos sectores da economia portuguesa, com significativos impactos no domínio da inovação, da sustentabilidade energética e ambiental, ou simplesmente na melhoria das condições de produção.

É inegável, igualmente, o progresso em termos de qualificação das novas gerações, incluindo no plano da redução das desigualdades entre homem e mulher — de que, aliás, a nossa Ordem é um exemplo com a recente atribuição do selo de igualdade de género de que fomos objeto.

É também de realçar os progressos no domínio da infraestruturização do país, potenciando um salto imenso nos planos, da integração geográfica interna e das suas articulações internacionais, das comunicações, da transformação digital, da sustentabilidade energética, entre muitas outras transformações. Estas transformações são reconhecidas, inclusive, pelas instituições internacionais, sendo destacadas como importantes fatores de produção de competitividade. E, seguramente, não deixaram de ter impacto na melhoria substancial da

performance exportadora do país, verificada ao longo das últimas décadas, ou na difusão dos efeitos positivos do crescimento do turismo por todo o País.

Também é importante reconhecer a evolução positiva dos equilíbrios macroeconómicos, com destaque para as finanças públicas, o mercado de trabalho e as contas externas. Um resultado que, em parte substancial, se deve à boa performance económica geral do País, refletida na taxa de crescimento do PIB. Mas que – é importante reconhecê-lo – também se deve ao aumento da inflação, com reflexos no aumento do diferencial entre crescimento nominal e crescimento real do produto, o que levou ao aumento substancial das receitas e à redução do rácio da dívida.

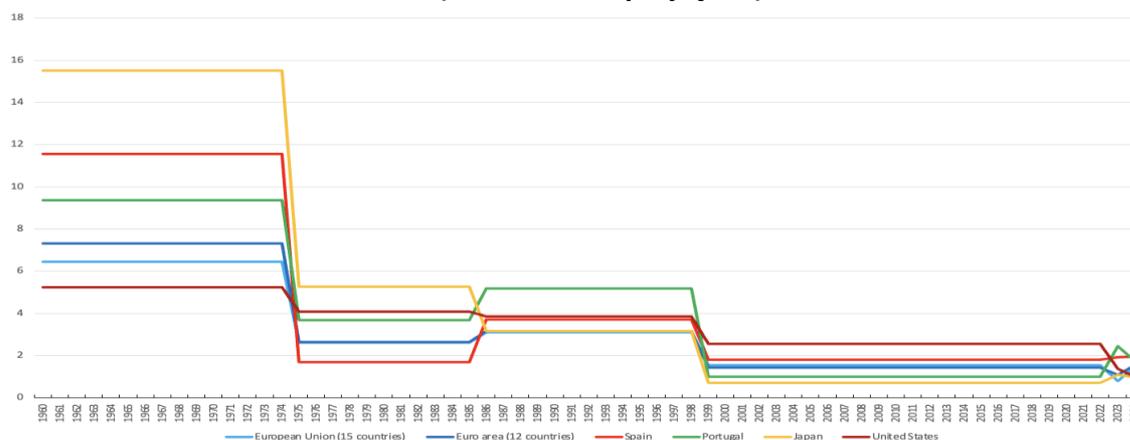
Esta constatação não significa qualquer menosprezo pelo papel dos responsáveis políticos que, sem que isto signifique uma adesão acrítica às políticas macroeconómicas adotadas, é indubitável que tiveram a capacidade de conciliar a salvaguarda e o reforço dos equilíbrios fundamentais, particularmente aqueles que resultam dos compromissos assumidos no quadro da Zona Euro, com a mitigação dos piores impactos, dos choques mais recentes, da COVID e da guerra na Ucrânia, quer no plano social, quer nos custos das empresas.

E penso que é também justo reconhecer a capacidade de recuperar o papel da concertação social, designadamente através do “Acordo de Médio Prazo de Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade”, assinado em 2022, por ocasião da elaboração do Orçamento para 2023 e, agora, reforçado com novas disposições em 7 outubro 2023, através do “Reforço do Acordo de Médio Prazo de Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade.”

Dizíamos, antes da produção da crise política atual, que era importante não se cair na tentação de utilizar a margem de manobra alcançada com a boa performance orçamental para atender apenas às situações de aperto mais imediatas, numa política de “regador”, de acordo com a capacidade reivindicativa, deste ou daquele sector. Mas, sobretudo, que se devia aproveitar para lançar as bases da correção estrutural das situações críticas detetadas, designadamente no plano da saúde, da educação, da habitação e, também, na recuperação do atraso infraestrutural, em particular nos sectores dos transportes, cortando os nós górdios que persistem há dezenas de anos e que constroem o desenvolvimento do País.

E dizíamos, também, que no plano da visão estratégica seria importante não cair na tentação de sobrevalorizar os bons resultados obtidos no passado recente, face às tendências negativas, de mais longo prazo, que se vêm afirmando na economia portuguesa, em particular a baixa taxa média de crescimento observada nas últimas duas décadas, praticamente coincidindo com a participação na Zona Euro, e que se pode observar no gráfico abaixo.

**Fig. 6**  
**PIB Real: taxas médias de variação anual**  
**Períodos: 1961-1974; 1975-1985; 1986-1998; 1999-2022.**  
**(2023 e 2024: projeções)**



Fonte: AMECO, novembro de 2023

Verifica-se, claramente, que, com exceção do período que vai de 1986 a 1998, que corresponde aos doze anos que separam a entrada na atual União Europeia até à criação do euro e em que se deu a forte entrada de fundos e se sofreram os primeiros impactos positivos da integração e onde se verificou uma taxa média de crescimento superior a 5% — claramente superior à média europeia, que se situou nos 3%, e da nossa vizinha Espanha, que se ficou pelos 3,7% (foi o grande período de convergência da economia portuguesa) —, a economia portuguesa vem sofrendo um processo de perda de dinamismo económico, traduzido nos valores do PIB, que se acentuou de forma preocupante, no período posterior à participação no euro, onde a taxa de crescimento média, até 2022, inclusive, se situa em 1%. Um período em que, não obstante a verificação de anos com crescimento superior à média europeia, não se verifica convergência, apesar do crescimento igualmente medíocre da União Europeia e da Zona Euro, com taxas médias de, respetivamente, 1,5% e 1,4%.

Obviamente que estamos em presença de um fenómeno mais vasto que, não é agora aqui o momento para discutir em toda a sua complexidade, mas que não pode deixar de ser tido em consideração quando se discute o estado e as opções para a economia portuguesa e os impactos da procrastinação endémica ou do adiamento sistemático de decisões de natureza estrutural.

Igualmente manifestamos reservas à sobreespecialização no setor do turismo, a que se tem vindo a assistir, com todas as distorções que isso não deixará de provocar, designadamente em termos de mercado de trabalho, com a atração de mão-de-obra cada vez menos qualificada, e a expulsão da mão-de-obra-mais qualificada, com o aumento de precariedade, generalização de baixos salários, e outras distorções que introduzem dinâmicas negativas na economia e comprometem, a prazo, a qualidade do crescimento. Do mesmo modo que colocamos reservas às apostas em investimentos, com fraca ou inexistente análise macroeconómica de custo-benefício, designadamente em pseudo revoluções digitais e atração de residentes ocasionais, com fraca retenção de valor acrescentado e que apenas representam pressão adicional sobre o setor imobiliário.

A eclosão da crise política e a perspectiva de estarmos em presença de uma mudança de regime político, com a abertura para um novo período de ciclos curtos de governação e de instabilidade acrescida, só vem dar força a estas reservas e apreensões ao mesmo tempo que reforça a necessidade de se produzirem consensos alargados sobre linhas e orientação de longo prazo para o País, não apenas entre os agentes políticos, mas entre estes e os agentes económicos e os parceiros sociais.

Sem querer fazer aqui uma análise exaustiva do Orçamento, gostaria de acrescentar ao que já disse sobre a margem de manobra que o governo procurou salvaguardar — e em meu entender bem — , que a Introdução da ideia de aproveitar as folgas para constituir um Fundo de financiamento de investimentos público, assegurando um fluxo adequado de investimento ao longo do ciclo económico, nomeadamente compensando futuras variações de financiamento comunitário a partir de 2026, parece-me, em coerência com o que disse antes sobre a necessidade de introduzir o vetor estratégico de longo prazo na política económica, uma ideia positiva, se se conseguirem adicionar três condições fundamentais.

Uma primeira condição, é que a constituição do fundo não se transforme em mais um fator de adiamento de projetos que são indispensáveis ao desenvolvimento do País.

Uma segunda, é que isso deva ser feito de forma planificada e com a integração dos projetos em curso, dos projetos que estão para ser lançados e dos projetos que importa pensar e programar.

Uma terceira condição, é que tudo deva ser feito num quadro de recuperação de um planeamento estratégico que, obviamente não se confunde com o do passado. Mas que deve ser introduzido, aproveitando a evolução teórica e a própria experiência passada de sucesso, as reflexões que a as alterações geoeconómicas e geopolíticas vêm introduzindo, designadamente em termos das novas orientações para a integração europeia, as novas referências para a qualificação de quadros, designadamente de economistas.

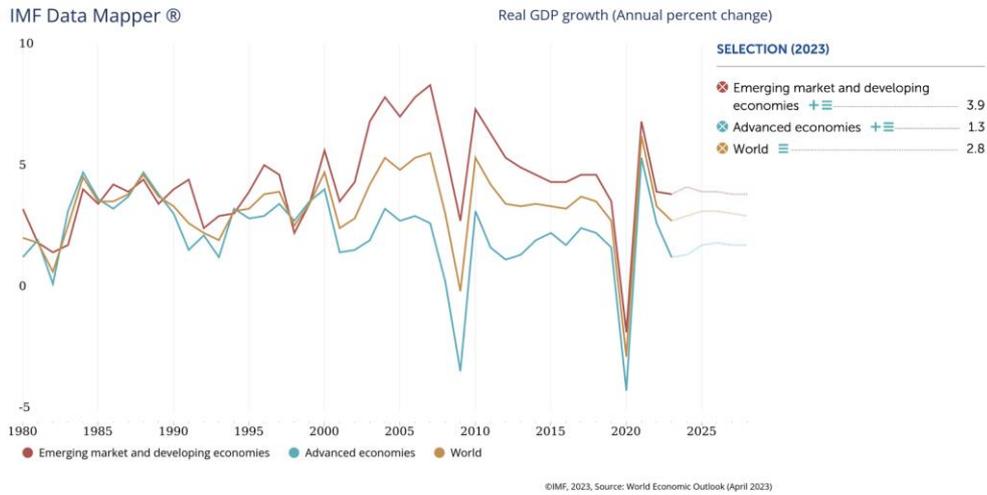
#### **4. As transformações da economia global**

Caras e caros amigos,

Bem sei que a intervenção já vai longa, mas não queria deixar de insistir nas referências às profundas transformações que estão a ocorrer no plano mais geral das relações económicas internacionais e a economia global e, como acabei de dizer, estão a obrigar a uma redefinição geral de estratégias e a novos arranjos nas relações bilaterais, multilaterais e dentro dos próprios espaços de integração económica e política regional, como é o caso da União Europeia.

Chamo a vossa atenção, em primeiro lugar, para o diferencial de taxas de crescimento que se está a produzir entre as chamadas economias avançadas e as economias de mercado emergentes e em desenvolvimento e que os últimos dados sobre a evolução da economia mundial vêm confirmar, conforme se pode verificar no gráfico abaixo.

**Fig. 7**

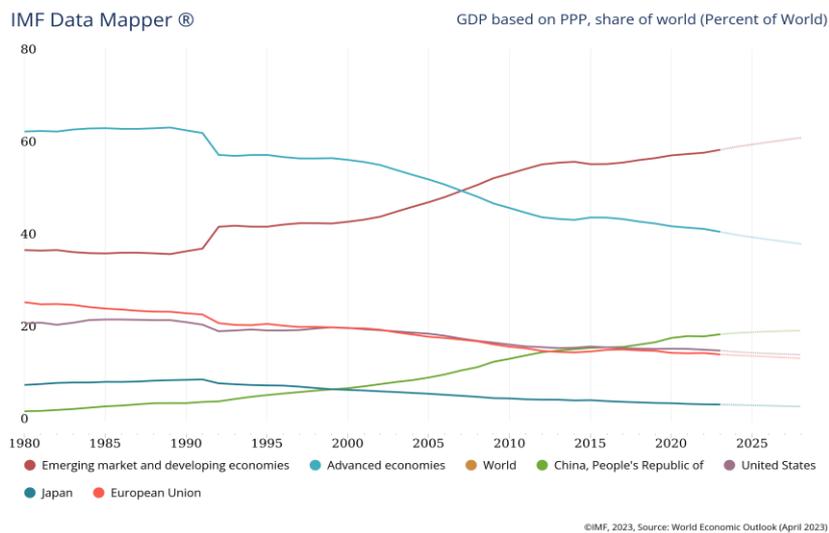


Este diferencial, positivo numa primeira análise, dado que se trata de recuperar atrasos em matéria de desenvolvimento, não deixa de gerar uma profunda alteração de forças do quadro das relações internacionais.

É visível, no gráfico abaixo, a alteração radical de dinâmicas a partir dos anos 90, altura em que se dá a abertura da China à economia global, impulsionada pelas relações com os Estados Unidos. No início dos anos 2000, a China entra na OMC e a tendência reforça-se com a inversão de pesos entre os dois grupos de países, a partir da segunda metade da primeira década deste século, não mais deixando de acentuar-se.

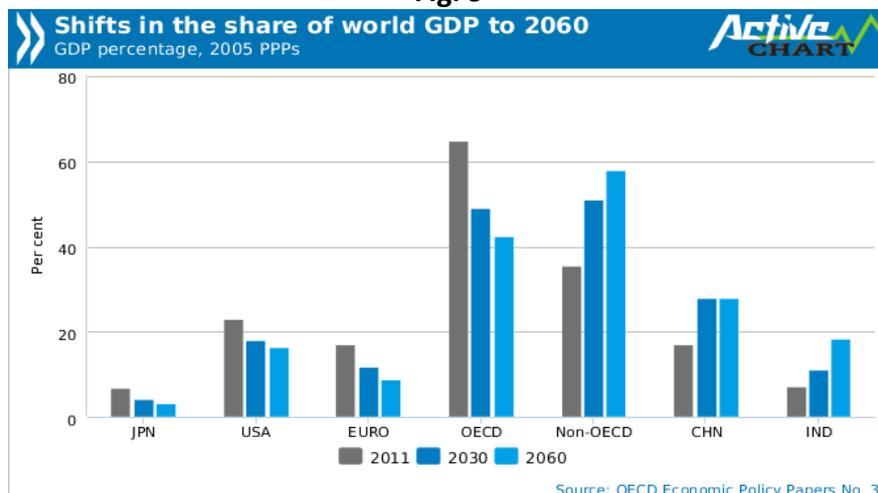
É visível a maior perda de importância da Europa, seguida dos EUA e do Japão e a rápida ascensão da China, a quem se deve a principal força da dinâmica geral.

**Fig. 8**



O facto de os dados do PIB estarem em PPC e não em valores absolutos, como é óbvio, alteram os termos da comparação, não sendo legítimo extrair que a China, ou os países em desenvolvimento, ultrapassaram os Estados Unidos ou os países avançados. Mas o importante aqui, é menos a comparação estática e mais a comparação dinâmica. Ou seja, compreender que a dinâmica da economia mundial é cada vez mais marcada pela dinâmica das economias de mercado emergentes e em desenvolvimento, em especial pela China, Índia e outras economias e menos pelas economias avançadas, implicando uma alteração significativa da correlação de forças no contexto da economia global. Esta mesma ideia é expressa no relatório da OCDE sobre as mudanças na repartição do PIB mundial, projetadas para 2060 e que se encontram expressas no gráfico abaixo.

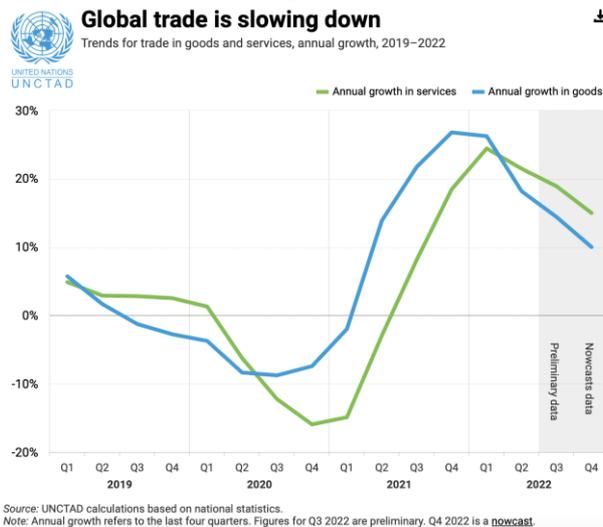
Fig. 9



Também no que respeita às dinâmicas que até agora comandaram a integração económica global, registam-se mudanças significativas de tendências que, a afirmarem-se, alterarão completamente o contexto em que as relações económicas internacionais se irão continuar a desenvolver.

Uma alteração importante diz respeito ao comércio global cujas taxas de crescimento têm regredido nos últimos anos, ameaçando continuar nesta tendência nos próximos anos.

**Fig. 10**



A constatação é apresentada pela UNCTAD, a partir da observação de dados do comércio internacional de bens e serviços, no período 2019-2022. Martin Woolf, chega a conclusão convergente, num artigo publicado na revista *Finance & Development*, do FMI, quando compara as taxas de crescimento do comércio global e do PIB, antes e depois da crise financeira global de 2008-2009 e conclui que antes o comércio global crescia a uma taxa quase dupla do crescimento do PIB e que depois as duas taxas praticamente se tornaram iguais.

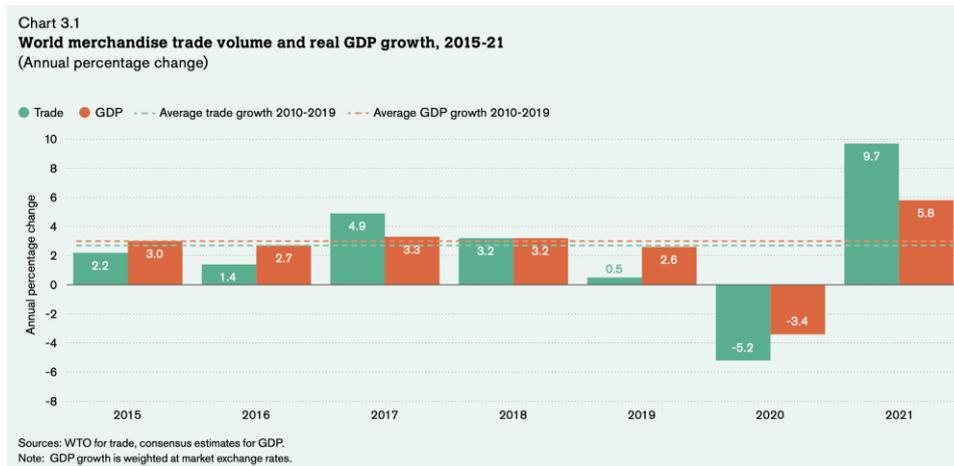
**Fig. 11**



Fonte: Fonte: Woolf, M., *Finance & Development*, IMF, June 2019

A OMC vai mesmo mais longe ao constatar que entre 2015 e 2021 a taxa de crescimento médio do PIB mundial superou, inclusive, a taxa de crescimento do comércio mundial.

**Fig. 12**

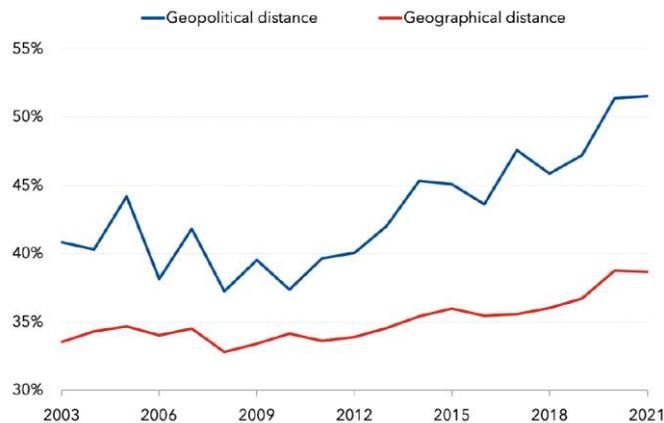


Outras constatações importantes dizem respeito ao investimento direto estrangeiro que mostra tendência a fragmentar-se e a concentrar-se em grupos de países afins do ponto de vista geopolítico, com perda de posição de mercado da China no que respeita aos sectores considerados estratégicos.

**Fig. 13**

**Flows to friends**

FDI is increasingly directed to geopolitically close countries.  
 (share of total FDI between geopolitically and geographically close countries)



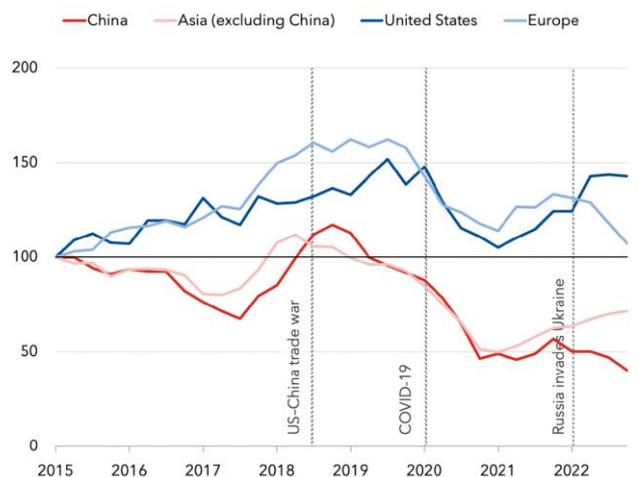
Sources: Atlantic Council; Bailey, Strezhnev, and Voeten (2017); CEPIL, Gravity database; fDi Markets database; NL Analytics; and IMF staff calculations.  
 Note: Figure shows the annual share of total foreign direct investment between countries that are either geopolitically or geographically close. Two countries are close if they are in the same quintile of the distribution of the relevant (geopolitical or geographical) distance from the United States. Geopolitical distance is measured by the Ideal Point Distance in Bailey, Strezhnev, and Voeten (2017).



**Fig. 14**

**FDI fragmentation**

Foreign direct investment flows in strategic sectors are diverging across regions, with China losing market share.  
(number of investments, four-quarter moving average, 2015:Q1 = 100)



Sources: fDi Markets; and IMF staff calculations.

**IMF**

Em síntese, estão a produzir-se mudanças muito significativas nas dinâmicas que configuraram a economia global até agora, designadamente no sentido da desaceleração da abertura das economias ao comércio internacional, da alteração das cadeias internacionais de valor, da concentração de relações económicas entre países geopoliticamente afins e da fragmentação da economia mundial em detrimento do aprofundamento da globalização. Não é ainda claro, se estas tendências se irão afirmar ou se, pelo contrário, tudo não passa de um simples ajustamento na globalização “tradicional”, resultante dos últimos choques económicos e das atuais tensões geopolíticas internacionais. Também ainda é cedo para se poder afirmar com algum grau de certeza de que se estar a assistir à perda irreversível da hegemonia ocidental e a caminhar para um mundo efetivamente multipolar, com tudo o que isso implica em termos de partilha ou de conflito entre hegemonias.

Qualquer que seja o desfecho de tudo o que se está a observar, incluindo no plano dos conflitos geopolíticos de que as atuais guerras, na Europa e no Médio Oriente, são expressão maior, parece evidente que muita coisa mudará e de forma profunda. E que, a mais ou menos breve prazo, a economia global terá uma nova configuração, com instituições internacionais ajustadas a esta nova realidade.

Do mesmo modo, as relações bilaterais, multilaterais e de grupos regionais, sofrerão alterações que, em parte, já se estão a produzir, quando nos confrontamos com os desafios da reindustrialização, do “reshoring”, da sustentabilidade energética e alimentar, do protecionismo tecnológico, da fixação de quadros qualificados e, num plano, mais internacional, quando se reforçam as relações num quadro de afinidades geopolíticas.

Sem querer de alguma afirmar que o que se está a configurar é melhor do que o que parece estar a ficar para trás — é importante ter presente que as regressões fazem parte da História — é necessário prepararmo-nos para as mudanças e isso reforça mais a importância de olhar

para lá do curto prazo e introduzir o vetor estratégico na decisão política, tal como procuramos defender ao longo desta intervenção.

Portugal não pode resignar-se a ser um ator passivo neste novo contexto de transformações geopolíticas e geoeconómicas internacionais e deve procurar encontrar o seu próprio espaço, de acordo com o seu interesse estratégico.

Este interesse estratégico, passa necessariamente pelo reforço da sua participação na União Europeia e na Zona Euro. E o projeto europeu deve incorporar o interesse estratégico de Portugal. Um interesse estratégico que incorpora também a relação atlântica, o mundo lusófono, o espaço ibérico e o mundo ibero americano.

Portugal deve preparar-se para reforçar as suas próprias bases de sustentabilidade interna ao mesmo tempo que deve procura aprofundar as suas relações nos seus próprios espaços de relacionamento histórico. E isto deve ser uma forma de participar na construção de uma verdadeira identidade europeia, identidade esta que está em risco de mergulhar numa profunda crise, em resultado das alterações geopolíticas e geoeconómicas internacionais.

## **5. O papel dos Economistas**

Queria terminar esta intervenção — que já vai longa — salientando o papel dos Economistas, o que, aliás, se depreende de toda a intervenção.

De tudo o que dissemos antes, sobre a situação do País e o contexto internacional que estamos a atravessar, extrai-se, claramente, que o papel dos Economistas é fundamental. Seja no estudo e na avaliação das situações, com recurso às metodologias próprias, designadamente de análise custo-benefício, de programação, de apoio à decisão, seja no acompanhamento e monitorização da execução das decisões, seja na avaliação, a posteriori dos resultados.

A perspetiva aqui abordada foi, fundamentalmente, macroeconómica e global, mas o que se disse aplica-se *ipsis verbis* às dimensões meso e microeconómica da sociedade, incluindo o setor privado que, cada vez mais, deve pautar a sua atividade pela análise e integração nas suas decisões das tendências que se afirmam a nível global. E neste âmbito, cabe um papel muito importante aos economistas gestores que aliam a formação em gestão empresarial ao conhecimento da interação entre a empresa, enquanto unidade económica, e o contexto económico mais geral.

É tempo de se ultrapassar uma análise fragmentada de orientações e de projetos, diluídas em agendas de duvidosa eficácia e de resultados que não são convenientemente avaliados, para se recuperar uma visão integrada, planeada e permanentemente avaliada na sua execução, através de organismos próprios, permanentes, qualificados e prestigiados, tendo como referência uma orientação estratégica de longo prazo, tecnicamente suportada, de acordo com o interesse público e, obviamente decidida pelos órgãos políticos competentes.

Ainda no campo da introdução de uma visão e do planeamento estratégico queria salientar, uma vez mais, a necessidade de promover uma ampla reforma da administração pública, recuperando e valorizando a cultura de serviço público, atraindo os quadros mais qualificados, promovendo a reflexão de longo prazo, assegurando a decisão e a execução estratégica das diferentes missões. Neste contexto, fará todo o sentido recuperar a lógica e a cultura das antigas instituições de planeamento, a quem se deve, ainda, a existência de algumas das principais bandeiras da economia portuguesa.

Aos Economistas, entendendo como Economistas os detentores de uma formação, nas áreas das ciências económicas e empresarias e uma experiência profissional compatível, cabe um papel insubstituível. Que advém, precisamente da aplicação dos conhecimentos e experiência específica que adquiriram.

Na medida em que são chamados a exercer uma avaliação objetiva e desinteressada das situações e dos impactos das políticas sobre a atividade económica e o bem-estar da sociedade, têm a responsabilidade de contribuir para a produção de bom senso na sociedade. Qualidade que não tem abundado nos últimos tempos e que é vital para o bom desempenho económico e para a produção de confiança nos diversos agentes — nas famílias, nas empresas e no próprio Estado.

A Ordem dos Economistas, enquanto expressão organizada da classe profissional dos Economistas, tem a preocupação de funcionar como um catalisador desta exigência fundamental da vida em sociedade — produção de bom senso —, através da autoregulação do exercício rigoroso, responsável e ético do exercício da profissão e da salvaguarda primordial do interesse público.

Para terminar, queria retomar a questão do crescimento débil da economia portuguesa a longo prazo e a necessidade de produzir consensos na sociedade portuguesa entre agentes políticos, agentes económicos, parceiros sociais e outras instituições, entre as quais as ordens profissionais que agrupam cerca de 500 000 profissionais com as mais elevadas competências e importância na inovação e dinamização da sociedade portuguesa, para reafirmar uma proposta, várias vezes avançada pela Ordem dos Economistas ao longo dos dois últimos anos, para a promoção de um Pacto para o Crescimento, procurando fazer convergir as diferentes preocupações existentes nos diferentes sectores económicos e sociais, numa plataforma estratégica de orientação da política económica a médio e longo prazo.

A todos, muito obrigado pela atenção.